

# Comunidades que ensinam e Adultos que aprendem: a Educação Moçambicana de Adultos no debate com as comunidades de aprendizagem

---

Communities that teach and adults who are learning: Mozambican adult education in debate with learning communities

Luís Carlos Ferreira<sup>1</sup>  
Cristina Varandas Rubim<sup>2</sup>

## RESUMO

O propósito do texto é analisar o processo histórico e político-econômico gerador de uma multiplicidade de comunidades de aprendizagem presentes em Moçambique, na forma de instituições não formais de educação e ensino com adultos. Temos nos debruçado na temática da educação de adultos para estreitarmos, política e economicamente, as discussões acerca das organizações associadas ao país no desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas. Recorremos a alguns documentos base como o Relatório do Banco Mundial publicado em 2017, sobre a atualização demográfica e econômica do país, além de diversos estudos que versam sobre o desenvolvimento econômico e populacional, ao índices estatísticos que mostram um panorama do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em comparação a outros países e, a correlação entre a desigualdade de renda e as expectativas de vida. Por fim, temos as comunidades de aprendizagem que apoiam inúmeras iniciativas de trabalho em diversos campos que, reunidos, tendem a possibilitar maior qualidade no *direito a ter direito* à educação, à conscientização da formação política e cidadã, capaz de contribuir para a redução da desigualdade e para a erradicação da pobreza absoluta.

**Palavras-chave:** Educação de Adultos; Comunidades de Aprendizagem; Moçambique.

## ABSTRACT

The purpose of the text is to analyze the historical and political-economic generating process of a multiplicity of learning communities present in Mozambique, in the form of non-formal institutions of education and learning for adults. We focused on the theme of adult education in order to narrow down the political and economic discussions about organizations associated with the country, in the development of programs and projects in various areas. We have used some background documents such as the World Bank Report on the demographic and economic update of the country, published in 2017, as well as several studies on economic and population development, statistical indexes showing the Human Development Index (HDI) compared to other countries, and the correlation between income inequality and life expectancy. Lastly, there are the learning communities that support a number of work initiatives in various fields, that together, tend to provide a better quality of *the right to have rights* to education, of political awareness and citizenship, which can contribute to the reduction of inequality and the eradication of absolute poverty.

**Keywords:** Adult Education - Learning Communities – Mozambique

265

---

<sup>1</sup> Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ) e Professor Adjunto A da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, E-mail: luisferreira@unilab.edu.br

<sup>2</sup> Mestrado em Estudos da Linguagem (PUC RJ), Professora Assistente da UVA – Universidade Veiga de Almeida, Professora da Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino, E-mail: cristinavarandas@bol.com.br.

## INTRODUÇÃO

A chance de escrever um texto dessa natureza é compartilhada pelo desafio de compreender algumas temáticas pouco discutidas no contexto brasileiro, sobretudo nas questões que envolvem as formas teóricas e metodológicas de uma modalidade de educação e de ensino que, no caso do sistema educacional no Brasil, vem sendo tratada como um subsetor das políticas em educação. No caso de Moçambique, um país que ao longo dos anos estrutura-se pela dependência econômica com vários países do mundo que financiam e apoiam programas em diversas áreas: proteção social, educação, saúde, cultura.

Naquilo que nos interessa, a educação como instrumento das políticas formais de ensino e das diversas iniciativas [não formais] de escolarização de crianças, formação crescente da geração de jovens e adultos, incluindo os que deixaram a escolarização no tempo próprio e não mais frequentaram a escola.

Temos um duplo movimento de entendimento dessa temática: um que trata a respeito das políticas de

educação em Moçambique<sup>3</sup>, na perspectiva dos grupos, organizações internacionais e instituições assistenciais ligadas à educação popular, cujas estratégias de inclusão sociomundial estão voltadas para a assistência, apoio e promoção de programas e projetos em educação, a exemplo das comunidades de aprendizagem no âmbito das políticas de Estado; e outro, preocupado com a temática das estruturas de formação humana, numa perspectiva freireana de pensamento humano, libertador e consciente exercido nas *práxis* política e reflexiva dos sujeitos-jovens e sujeito adultos que aprendem.

Dos nossos diversos estudos, denominamos de comunidades de aprendizagem as instituições não formais de ensino e aprendizagem, encarregadas de desenvolver ações voltadas para a formação e desenvolvimento de saberes, em espaços não escolares, com ênfase nas

---

<sup>3</sup> Vale destacar que, embora essa temática não seja abordada na análise, é importante dizer que na fase da escrita do texto, Moçambique sofreu uma grande catástrofe ocasionada por um ciclone tropical – Idai – que destruiu boa parte do país, deixando muitos mortos e desabrigados.

práticas de cidadania entre crianças, jovens e adultos.

Nesse sentido, o propósito do texto<sup>4</sup> é analisar o processo histórico e político-econômico gerador de uma multiplicidade de comunidades de aprendizagem presentes em Moçambique, na forma de instituições não formais de educação e ensino com adultos.

De um modo geral, temos nos debruçado na temática da educação de adultos para estreitarmos, política e economicamente, as discussões acerca das organizações associadas ao país no desenvolvimento de programas e projetos em diversas áreas. Em um modo restrito, identificamos especialmente aquelas que trabalham com educação, sobretudo, voltadas para o ensino com adultos em sua missão internacional. No limite do estudo, discutimos as contribuições dadas pelas inúmeras instituições nacionais e internacionais espalhadas - grupos sociais, entidades, associações, programas do Ministério da Educação

---

<sup>4</sup> Esse trabalho é parte integrante da pesquisa cadastrada na modalidade de fluxo contínuo, intitulada como “Educação de adultos e trabalho nos países da CPLP: estudo comparativo das instituições de ensino de EJA do Maciço de Baturité às comunidades de aprendizagem de África”.

e Desenvolvimento (MINED) bem como projetos ligados às organizações internacionais - em prol de experiências e apoio educacional, assim como na erradicação da pobreza e na redução da desigualdade social da população moçambicana.

No percurso de nosso interesse, temos o debate sobre os pressupostos políticos, econômicos e educacionais que definem estratégias de apoio e participação do mundo no desenvolvimento social do país entre os diversos documentos do governo e das organizações nacionais e internacionais de estudos e pesquisas.

Assim, recorreremos a alguns documentos base como o Relatório do Banco Mundial publicado em 2017, sobre a atualização demográfica e econômica do país, além de diversos estudos que versam sobre o desenvolvimento econômico e populacional do país, aos índices estatísticos que mostram um panorama do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em comparação a outros países e, a correlação entre a desigualdade de renda e as expectativas de vida. Disso, fica o debate em torno da pobreza e a desigualdade humana, suas

consequências na geração de postos de trabalho e renda, na perspectiva do crescimento produtivo e dos interesses democráticos da população moçambicana. (ANTUNES, 2015)

Destacamos que os índices demográficos de Moçambique apontam para uma média estimada de 45% da população jovem, com idade entre 0 a 14 anos, o que demonstra desafios na questão identificada pelo aumento da fecundidade, sobretudo, nas regiões pobres e, ao mesmo tempo, na geração da população jovem moçambicana em ter acesso aos [novos] postos de trabalho. Sinônimo de um contingente representado como crescimento para o país ao invés de ser visto como um dividendo para a economia moçambicana. (WASHINGTON DC, 2017)

Além disso, os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016 apontam um percentual de 58,8% da população moçambicana de alfabetizados com 15 anos ou mais idade, reflexo de muitas implicações que passam pela quantidade insuficiente de escolas e falta de infraestrutura no país em garantir acesso às crianças e aos jovens em idade escolar. Depois vem a

equidade referente ao acesso igualitário de homens e mulheres e mais, especialmente, a elaboração de políticas com ênfase nas mulheres em condições de acesso e permanência escolar, tanto na educação básica como no ensino superior.

Partimos do pressuposto de que a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade social resultam da falta de recursos financeiros em garantir no *direito a ter direito* a uma educação escolar para todos e de qualidade para as crianças e jovens na fase própria à idade escolar, assim como na educação de adultos. Dessa maneira, lançamos a reflexão sobre as comunidades de aprendizagem e suas contribuições na formação política e cidadã dos sujeitos adultos e trabalhadores da educação de adultos moçambicana.

## **UM BREVE HISTÓRICO POLÍTICO E ECONÔMICO: DA INDEPENDÊNCIA AO PÓS- GUERRA**

Ao buscarmos parte da história do rompimento com o sistema colonial português, vimos que Moçambique passou a adotar um modelo desenvolvimentista nos moldes

socialista, cuja perspectiva de projeto moçambicano de ordem política, econômica e social pautava-se em um Estado sem classes e, portanto, livre da exploração; longe da opressão e da exploração colonial; apoiada pelo poder popular, na forma democrática, no protagonismo da participação e na construção da cidadania, bem como no papel de construir material e ideologicamente o que serviria de base para edificar o progresso cultural e social do país, por meio de um regime socialista.

No entanto, o período de guerra civil-militar sofrido por Moçambique nos ataques dos militares do exército rodesiano, em 1975, contou com muitos desdobramentos aos que se dedicaram nos movimentos de libertação da Rodésia. Durante esse período que durou até 1992, Moçambique sofreu muitos prejuízos com reflexos na economia e na vida social de seus habitantes e, principalmente, nos projetos de desenvolvimento traçados pelo país, até a assinatura dos Acordos de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO. (JOSÉ, 2006)

Embora o governo de Moçambique em 1975 após a

independência tenha feito um grande esforço para reformar escolas e garantir melhor infraestrutura, com o conflito armado, o país sofreu grande impacto na destruição de prédios escolares, impedindo o avanço da educação no país. Em recente texto, Intanquê e Subuhana (2018, p.7) comentam a questão desse conflito e estimaram que, entre os “anos de 1981 a 1987, 50% das escolas primárias, 13% da rede escolar secundária, 22,5% dos centros de formação de professores e muitos centros de alfabetização da população adulta fecharam”.

Contudo, o país viveu um período em que as iniciativas da população, por meio de campanhas de alfabetização em conjunto com as escolas e incentivadas pelo governo à época – FRELIMO -, produziram uma redução significativa de analfabetos.

No entanto, com o colapso econômico e social vivido por Moçambique no pós-guerra, o Estado precisou intervir diretamente na economia do país, a começar pela retomada de sua nacionalização pelo controle nas áreas econômicas e de serviços, incluindo as atividades

desempenhadas por instituições/empresas.

Em meio à conjuntura histórica e política do país envolvendo a situação socioeconômica de pobreza, crise financeira, tensão político-militar, guerra civil, catástrofes naturais de secas e cheias, dentre outras adversidades levaram o governo moçambicano a buscar subsídios e adesão às instituições do Bretton Woods<sup>5</sup>, como tentativa de reestruturação do país. Nesse contexto de enfrentamento da problemática social, política, educacional e, por conseguinte, econômica firmou-se o compromisso com o governo de Moçambique, em 1987, de adesão ao Programa de Reabilitação Econômica como estratégia político-econômica de cunho neoliberal. (<http://www.mctestp.gov.mz/>)

Podemos dizer que essa estratégia de reajustamento e negociação junto ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário

<sup>5</sup> O acordo de Bretton Woods, como ficou conhecido por ter acontecido a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, definiu a estabilidade monetária das nações, com a criação de instituições financeiras: o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br))

Internacional (FMI) resultou em dependência econômica e em endividamento com a política externa, conduzindo o país para entrada no sistema capitalista de modelo assumido no livre comércio, seguindo uma lógica flexível e, sobretudo, de empoderamento das instituições privadas e enfraquecimento do Estado. Com a adesão ao programa de reajustamento estrutural - Programa de Reabilitação Econômica (PRE) - lançado no ano de 1987, Moçambique passou a ter não somente "ajuda" e apoio internacional, mas sim a inserir no contexto econômico o fenômeno das privatizações.

Nesse caso, o Estado abriu espaço para a concorrência livre, direta bem como para a intervenção dos interesses estrangeiros em áreas como a educação, saúde, habitação, transporte, etc., que passaram a tomar conta do mercado, de forma que muitas empresas nacionais foram sendo privatizadas entre os anos de 1987 a 2000.

O intenso processo de privatização em curso como resultado dos efeitos do neoliberalismo moçambicano agravou ainda mais o volume de demissão de milhares de

trabalhadores e, na sequência, acentuou o aumento da violência urbana e da instabilidade social. Além disso, a flexibilização e a intensa precarização nas relações de trabalho, redução de medidas assistencialistas garantidas pelo governo, além do aprofundamento nos efeitos drásticos como a fome e o aumento da pobreza absoluta fragilizaram as condições socioeconômicas do país. (JOSÉ, 2006)

Sabemos que, com a lógica do capital adotada no sistema neoliberal, a educação tornou-se mercadoria, um bem negociável, flexível, comprometido com a satisfação do mercado e dependente do capital mundial e, como resultado, tivemos as dificuldades de se constituir um sistema nacional de educação com uma identidade própria que desse sentido à educação moçambicana, libertada dos moldes de um sistema colonial português.

Essa transição para o neoliberalismo nos mostra que, a partir da concorrência acelerada no mercado empresarial, a expansão e o crescimento de instituições de ensino privadas somadas aos interesses políticos e institucionais de mercado,

deram mostras de uma educação [de qualidade] para atender àqueles em condições de buscar as melhores escolas particulares enquanto que, para a classe trabalhadora, destituída dos mesmos recursos da elite moçambicana, restava o que o Estado tinha para oferecer à população.

Sob os aspectos quantitativos, o número de escolas não conseguiu (e ainda não consegue) atender a todas as crianças e jovens em idade escolar; enquanto que sob os aspectos qualitativos, a precarização das relações de trabalho só acirrou a demissão de docentes e a contratação temporária de docentes por prazo determinado e em condições salariais e garantias inferiores aos tantos outros que fizeram parte dos quadros ativos com a formação desejada e de qualidade condizentes.

Embora o governo de Moçambique, em 1975, após a independência tenha feito um grande esforço para reformar escolas e garantir melhor infraestrutura, com o conflito armado o país sofreu grande impacto na destruição de prédios escolares, impedindo o desenvolvimento da educação no país.

Nesse sentido, o país viveu um período em que as iniciativas da população, por meio de campanhas de alfabetização, incentivadas pelo governo da FRELIMO, à época juntamente com as escolas, produziram uma redução significativa de analfabetos.

## **NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL, O QUE DIZEM AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DE MOÇAMBIQUE**

Ao entendermos o passado histórico quanto ao desenvolvimento econômico, político e social de Moçambique, consideramos as catástrofes naturais vividas pelo país ao longo dos anos assim como as lacunas geradas pelo Estado dependente de apoio, investimento, custeio e doações para garantir parte do progresso do país. Dessa maneira, podemos avançar na análise a respeito da entrada e participação dos diversos organismos internacionais, em especial, acerca da presença de comunidades de aprendizagem no campo da educação.

A questão da dependência econômica externa vem, no decorrer do tempo, permitindo que muitos

programas e projetos ligados à proteção social, à saúde e à educação consigam, no decorrer do tempo, contribuir com o progresso socioeconômico do país e, financeiramente, com os rumos da política de crescimento em Moçambique.

Em busca de dados para uma primeira abordagem, encontramos o Relatório do Banco Mundial intitulado de “*Actualidade Económica de Moçambique – Tirando proveito da transformação demográfica*” com elementos importantes para nosso estudo. Consideramos que, entre os anos de 2011 e 2015, Moçambique registrou um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) de 7% de crescimento motivado pela alta da exportação do carvão e do alumínio. Entretanto, nos anos seguintes, houve a constatação pelo Banco Mundial (2017) de uma retração e queda que chegaram a 3,8% no ano de 2016 e, na sequência, 3,1% do PIB em 2017, enquanto fenômenos marcados pela baixa no setor da indústria com menos produção e, por conseguinte, menor capacidade de geração de emprego.

Além disso, é importante dizer que o país sofreu com a seca

provocada pela catástrofe do *El Niño*, seguida da queda dos preços das *commodities* em 2016, além da descoberta da crise por dívidas ocultas que levaram à desaceleração da economia, desencadeando [na sequência] a redução da procura nos investimentos feitos por consumidores públicos e privados somados ao elevado custo de crédito.

A agricultura e os preços das *commodities* apontaram para uma resposta política de recuperação da economia quando a taxa de inflação que, em 2016, estava numa média de 26% passou a ser de 7% no ano seguinte. Esse percentual de queda ainda não foi suficiente para sair do agravamento de endividamento externo que até reduziu por conta da valorização da moeda interna, mas nada suficiente para conter as finanças, ou seja, de 103% em 2016, para uma estimativa de 83% ao final de 2017.

Com base no Relatório do Banco Mundial (2017) afirma-se que:

O orçamento continuou a ajustar-se através da redução do investimento público em prol do encargo com a massa salarial (que ainda continua a crescer) e dos custos mais elevados do serviço da dívida. Estas pressões a nível de despesas, em conjunto com o aumento dos riscos fiscais provenientes das empresas públicas

enfraquecidas, limitaram os progressos do ajustamento fiscal em 2017 e contribuíram para o rápido aumento do endividamento interno, o qual agrava ainda mais o peso da dívida. (WASHINGTON DC, 2017, p.8)

A abordagem desse estudo se não limita aos aspectos econômicos e financeiros do país, mas serve para analisarmos os investimentos feitos por inúmeras instituições nacionais da sociedade civil, organizações internacionais de cooperação e organizações não formais de proteção social, saúde e educação que somam esforços para que Moçambique consiga restaurar sua libertação política e independência econômica.

O aumento da fertilidade no país tem preocupado o governo moçambicano, à medida que uma geração de jovens constitui o resultado de um aumento demográfico, especialmente, em se tratando das questões voltadas para emprego e geração de renda. Nessa tentativa de alcançar a rota de crescimento, vemos que a falta de políticas (social, saúde, educação) voltadas para o acompanhamento familiar impõe muitos desafios às gerações de jovens moçambicanos que buscam, por meio da escolarização, a profissionalização

necessária para ingressarem nos postos de trabalho qualificados como garantia de maior empregabilidade e geração de renda.

Assim, podemos dizer que a corrida por ocupação em diferentes postos de trabalho [quase sempre] tem sido em condições precárias e subalternizadas e garantida com mais chances aos que possuem idade e experiência no mercado de trabalho, embora exista um contingente significativo da população com baixa escolaridade. No tocante às melhores condições de oferta, estas acabam por reproduzir a lógica dominante da desigualdade socioeconômica, determinando aos pobres o lugar comum nas atividades profissionais ou, quando não, voltadas para a área de operação, resultado da mão de obra desqualificada. As ocupações qualificadas como ligadas à gestão das empresas, principalmente àquelas com destaque mercadológico, ficam reservadas aos que possuem melhores condições de escolaridade, formação e até mesmo, condições de vida.

Implica dizer também que, à medida que a economia se mantém estagnada ou retraída, a população jovem tanto no meio rural como

urbano é que tende a obter cada vez menos oportunidades nos postos de trabalho em empregos produtivos, a exemplo de setores como a agricultura e os empregos informais. Nesse aspecto, a discussão sobre a formação escolar e suas contribuições para a garantia de empregabilidade passam a fazer parte da agenda nos debates educacionais, sobretudo, quando envolvem a escolarização e a formação humana de jovens e adultos que não permaneceram no tempo previsto do desenvolvimento e aprendizagem escolar.

A questão da desigualdade social no país vai além dos dados sobre o crescimento econômico constatado no PIB e avança para o desenvolvimento humano por conta do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que contabiliza entre seus indicadores três categorias como: renda (PIB), saúde (esperança de vida logo no nascimento) e, por fim, educação (com dados sobre a alfabetização, quantidade de matrículas e o tempo de escolarização/permanência na escola), o que mostra [lamentavelmente] que Moçambique está entre os países com mais baixo IDH no mundo.

Destacamos que o cálculo da desigualdade pelo IDH é feito com base na distribuição de renda, desigualdade na educação e expectativa de vida. O Coeficiente de Gini também constitui outra importante base de dados que mede o nível de concentração de renda entre os países do mundo, ou seja, níveis de distribuição por igualdade de riqueza.

Longe de comparar os dados estatísticos decorrentes das políticas no/do Brasil, mas tomando como base de consulta o Relatório de Desenvolvimento Humano apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2017, pontuamos alguns dados de Brasil e Moçambique<sup>6</sup> que indicam valores que nos surpreendem, a exemplo do Coeficiente da Desigualdade Humana, que no Brasil está em 23,2% enquanto que em Moçambique os resultados foram de 32,6%.

Em relação a uma das categorias previstas no relatório da Organização das Nações Unidas

---

<sup>6</sup> Tomamos como referência o Brasil em relação aos indicadores e dados de Moçambique por desenvolvermos a pesquisa informada anteriormente, com relevância no estudo comparativo entre os dois países.

(ONU) que mede o nível da Desigualdade na Expectativa de Vida, integram-se as questões sobre a longevidade da população mundial como: atendimento médico-hospitalar, programas de prevenção de doenças, acesso ao saneamento básico, acesso a remédios, etc. e encontramos entre os anos de 2015-2020, o Brasil com 10,8% e em Moçambique 35,6%.

Ao avançarmos para os valores da Desigualdade na Educação, o Brasil desponta [negativamente] com 22% de desigualdade educacional e Moçambique apresenta 33,8%. No caso das avaliações externas, as áreas como Português e Matemática são as que determinam os resultados alcançados pelos países, assim como o tempo de escolarização das pessoas em idade escolar e, mesmo após, ao retornarem aos bancos escolares para recuperação do tempo de uma aprendizagem ao longo da vida, no caso da educação de adultos. No caso, a quantidade de escolas em relação à demanda de crianças, jovens e adultos, infraestrutura, fluxo medido nos índices de aprovação/reprovação, taxa de permanência escolar, alfabetizados/analfabetos, formação de professores, além de uma base

curricular comum aos estados entram nas discussões sobre uma educação de qualidade e universal.

No tocando ao ranking global de IDH, extraído do relatório do PNUD - ONU de 2018, o Brasil ocupa a posição de 79ª colocação no mundo, com 0,759% de crescimento entre os países com Médio Desenvolvimento Humano. Em contrapartida, Moçambique ocupa a posição de 180ª, colocação entre os países com Baixo Desenvolvimento Humano, apresentando um percentual de 0,437%. Pressupomos que o exercício da cidadania se dá pelo *direito a ter direito* a uma educação de qualidade, a ter acesso aos bancos escolares em condições condizentes à aprendizagem, que faça o cidadão se apropriar da leitura, da escrita e do cálculo, que constituem elementos fundantes da formação humana de todo e qualquer indivíduo. Ao mesmo tempo, faz parte de uma responsabilidade compartilhada com os governos comprometidos com a erradicação da pobreza, da miséria extrema e da desigualdade social que assola Moçambique. (<http://hdr.undp.org/en/composite/IHD>)

## AS COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM COMO ALTERNATIVA EDUCATIVA

A discussão sobre as comunidades de aprendizagem como uma alternativa educativa viável no país passa por um aspecto do sistema capitalista que torna a educação um bem valioso para o desenvolvimento da sociedade e que, na lógica do capital, torna-se instrumento valioso de captação de recursos como é o caso do Ensino Secundário Geral em Moçambique.

Na contradição, temos de um lado a necessidade de alfabetizar e escolarizar a população de crianças, jovens e adultos, sobretudo, para aumento do PIB, crescimento em áreas imprescindíveis para o desenvolvimento. De outro, um sistema de ensino que não garante a continuidade na formação de jovens por não se manter de forma gratuita e, ao ser cobrada na forma de propina<sup>7</sup>, deixa de fora vários cidadãos sem condições financeiras, gerando uma parcela significativa da sociedade sem escolarização básica e, por conseguinte, sem empregabilidade em

<sup>7</sup> Mensalidade.

condições condizentes, à mercê do trabalho precarizado, informal e sem garantias de direitos.

Sendo assim, temos o Ensino Primário mantido pelo Estado, gratuito que, pela reforma do currículo feita em 2004, distribui-se da seguinte forma: Ensino Primário – 1º ciclo equivalente ao 1º e 2º ano [1ª e 2ª classes]; 2º ciclo equivalente do 3º ao 5º ano [3ª à 5ª classe]; 3º ciclo equivalente ao 6º e 7º ano [6ª e 7ª classes]. O término do Ensino Primário permite ao estudante prosseguir para o Ensino Secundário Geral ou Ensino Técnico-Profissional de nível básico.

No caso, o Ensino Secundário Geral está organizado na forma de dois ciclos: 1º ciclo, constituído da 8ª, 9ª e 10ª classes; 2º ciclo, constituído da 11ª e 12ª classes. Ao término do Ensino Secundário Geral, o estudante poderá prosseguir ao Ensino Superior.

O Ensino Secundário Geral está inserido no contexto de uma educação com pagamento de propina, cuja oferta concentra-se em cursos noturnos, principalmente, para atendimento aos adultos ou jovens com mais de 15 anos. Ao mesmo tempo, esse segmento de ensino abriu perspectivas para muitas escolas

privadas nos distritos, pela insuficiência no atendimento e por ser uma estratégia de captação de recursos pela rede particular de ensino, embora o número de matriculados nessa rede esteja em média de 10%, segundo dados do Ministério da Educação de Moçambique.

(<http://www.mined.gov.mz>)

Os estudos de Castiano e Nguenha (2013) nos ajudam a entender a expansão e o crescimento das instituições de ensino privadas em Moçambique, uma vez que a escola pública não conseguiu (e ainda não consegue) atender a todos em idade escolar, sobretudo, por estar restrita ao ensino primário gratuito. Decerto que a estrutura e organização do sistema nacional de ensino moçambicano vem reforçando, nas últimas décadas, a dualidade educacional expressa em uma distinção entre a concepção de público, gratuito, comum a todos e com qualidade manifestada de forma inferior para a classe popular; e a concepção de privado, particular, cujas condições financeiras determinam o currículo de uma educação diferenciada [para mais] e competitiva entre os que vêm de melhores condições sociais.

Das políticas sociais às políticas de educação em Moçambique - ou a falta delas - nos permite entender alguns dos desafios que exigem esforço tanto nacional como de apoio internacional. Inicialmente, o desafio de dar acesso aos quase 1,2 milhão de crianças que estão fora da escola; depois, manter as crianças na escola e fazê-las ser alfabetizadas com aprendizagem condizente, já que os dados do UNICEF (2016) apontam que apenas 6,3% dos alunos da terceira classe<sup>8</sup> demonstraram ter competências básicas de leitura. Na sequência, além do acesso e da qualidade no processo de ensino e aprendizagem, emerge a questão de fazê-las concluir o ensino primário evitando que desistam nos cinco primeiros anos; bem como alfabetizar os quase 41,2% de pessoas, segundo dados do IBGE (2016) seja na escola regular na idade própria (como dito) ou por meio do ensino especial<sup>9</sup> de EJA em classes de educação de adultos.

(<http://www.unicef.org.mz/annualreport2016/pt/education.html>)

<sup>8</sup> Equivalente ao terceiro ano de escolaridade no Brasil.

<sup>9</sup> No BR, conhecemos como modalidades de educação e ensino.

Com isso, explicamos o movimento dedicado aos agentes e aos parceiros de cooperação internacional com as instituições financeiras globais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e tantas outras agências das Nações Unidas interessadas no combate ao analfabetismo e erradicação da pobreza no país.

Destacamos o esforço nacional do governo de Moçambique juntamente com organizações internacionais, a exemplo do UNICEF, em criar estratégias de prevenção ao abandono escolar e outras questões sociais geradoras de evasão, sobretudo, nas áreas rurais. A formação de Conselhos de Escola, criado em 2017, serve de exemplo de projeto estratégico que “incide no papel social do conselho de escola direccionado às crianças que faltam às aulas, ajudando a prevenir o absentismo e o abandono escolar, assim como contribuindo para prevenir a doença, o casamento prematuro e a gravidez precoce”. (<http://www.unicef.org.mz/annualreport2016/pt/education.html>)

Na pauta das discussões acerca da evasão escolar, entram em jogo as

diversas questões sociais, culturais, econômicas que, quase sempre, estão carregadas de déficits, ou seja, estamos dizendo que a *falta de* políticas de saúde, planejamento familiar, políticas sociais e de assistência, e tantas outras, no conjunto, desencadeiam como resultado a própria exclusão socioeducacional da criança, do jovem ou adulto da escola.

Dito de outra forma, o fenômeno da evasão escolar é parte integrante de um processo desencadeado por uma série de fatores que resultaram em exclusão escolar. Nessa complexa e árdua realidade, entram em jogo as questões de gênero, à medida que as meninas [raparigas] são mais suscetíveis ao abandono das salas de aula, principalmente, quando realçamos o olhar desassistido dessas tantas políticas que deveriam subsidiar a permanência ao invés de potencializarem a desistência dos bancos escolares.

Não por acaso que esse tema complementa os debates sobre a situação educacional em Moçambique e observado no Relatório Anual de 2016, produzido pelo UNICEF, com o depoimento de uma criança-repórter de Nampula, de 14 anos, atesta em um

alerta de que “Devemos sensibilizar os pais de que devem manter os filhos na escola, em especial nas zonas rurais. As raparigas tendem a desistir devido ao casamento prematuro, pobreza e gravidez precoce. Não é fácil estudar quando a pessoa está grávida”. (<http://www.unicef.org/mz/annualreport2016/pt/index.html>)

Podemos dizer que são muitas facetas da educação escolar moçambicana que, representada de diferentes formas, alia a educação oficial que assume papel imprescindível na formação humana juntamente com as comunidades de aprendizagem na forma de educação não formal, também reconhecida pelo Estado, com a devida importância no atendimento à população.

Nesse caso, as comunidades de aprendizagem vão sendo criadas como alternativa de apoio dado pelas comunidades internacionais e organismos de apoio, financiamento e cooperação e ajuda humanitária, também como parte da dependência político-econômica e, acima de tudo, como estratégia de interesse no desenvolvimento do país, no campo da educação. Embora o avanço não esteja restrito à política econômica,

inevitavelmente, o país não pode prescindir desse apoio internacional para a reestruturação e crescimento nos indicadores socioeducacionais.

Sem restringirmos nosso olhar para uma ou outra comunidade de aprendizagem, pretendemos que esses programas e projetos coerentes com a ajuda comunitária e de apoio humanitário nacional e internacional apontem para as diversas ações desenvolvidas tanto pelas instituições nacionais, a exemplo do Centro de Estudo de Desenvolvimento Comunitário e Ambiente – CEDECA, mantido pela Universidade Pedagógica – UP com trabalho de extensão e pesquisa voltados para a educação de adultos, como para as organizações humanitárias – UNICEF, Agência da ONU, ONG Organização Humanitária Fraternidade sem Fronteiras entre outras.

A concepção de uma educação não formal tratada como comunidades de aprendizagem consiste no desenvolvimento de práticas pedagógicas instituídas fora do contexto escolar e formal, mas inserida em um trabalho de formação humana, científica, cultural, tecnológica, de difusão de saberes e conhecimentos

necessários à vida social. Pressupõe uma relação de aprendizagem com base nos conteúdos, saberes e competências que atravessam as diferentes culturas e valores humanos, éticos, políticos, sociais que, reunidos, perfazem a proposta de um currículo integral e integrado na formação das pessoas.

As comunidades de aprendizagem moçambicanas mobilizam um currículo diferenciado e/ou vinculado a projetos educativos, atividades e ações diversas, na forma de oficinas de aprendizagem, cursos e capacitações, práticas culturais e esportivas, rodas de literatura, ou mesmo, em aulas que recuperam a estrutura e a organização escolar. No contexto de dependência socioeconômica do país, como sabemos, potencializam o crescimento de inúmeras pessoas que buscam nessas comunidades de aprendizagem suprir parte das dificuldades de aprendizagem, a exemplo do analfabetismo, da leitura/escrita e cálculo bem como na profissionalização, na perspectiva da geração de trabalho e renda aos jovens, adultos e/ou idosos.

No sentido de intensificar a cooperação entre as instituições ou ainda gerar mais parcerias nacionais ou internacionais, as experiências promovidas pelas comunidades de aprendizagem, seja na instrumentalização de jovens e adultos para a produção e geração de trabalho e renda, seja no trabalho de reconhecimento da cidadania constituem elementos fundamentais na busca pela disseminação de valores humanos vocacionados na paz mundial, na saída da pobreza e na superação da desigualdade social.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por um debate consistente em torno da educação moçambicana tem movimentado esforços, no sentido de estreitarmos tantos outros e novos conhecimentos políticos, históricos, econômicos sobre o país, como foi a proposta apresentada. Nessa tentativa, analisamos o processo histórico e político-econômico de Moçambique, para entendermos o crescimento das comunidades de aprendizagem que integram a política de dependência social moçambicana, sobretudo,

envolvendo a educação em suas diferentes formas de realização.

Entre as múltiplas facetas da educação, deparamo-nos com o trabalho consistente e coerente de diversas comunidades de aprendizagem, tanto nacionais como internacionais, que atuam diretamente na difusão de saberes, valores, culturas, tecnologias e conhecimentos necessários à vida humana. Essas comunidades de aprendizagem compõem os objetivos da educação moçambicana que as reconhece como imprescindíveis para o desenvolvimento da população, assim como para o fomento das políticas de Estado e de governo, afetando a expectativa de crescimento nos índices educacionais.

Pudemos apresentar uma garantia de direitos *incompleta* ou *pela metade* quando a realidade educacional do país considera o ensino primário gratuito e, mesmo de forma gratuita não atende a todos, à medida que a quantidade de escolas ainda é inferior à quantidade de crianças e jovens em idade própria aos estudos. Ao mesmo tempo, o ensino secundário geral, em que grande parte de jovens e adultos está concentrado nessa fase da

escolarização, não chega a ser concluído, pois exige-se propina.

A educação moçambicana do ensino primário para o ensino secundário geral produz uma concentração de parte significativa da população que depende da formação escolar para o desenvolvimento do país e, por conseguinte, para o aumento do PIB e do IDH. Da forma como vem sendo tratada, compromete diretamente o aumento da produtividade, sobretudo, quando as fragilidades estão associadas com o aumento do trabalho desqualificado e precarizado à população.

Analfabetismo, empregabilidade, geração de trabalho e renda são categorias que implicam uma educação democrática, gratuita e de qualidade e que, em uma política mais ampla, dá indícios de uma dualidade educacional moçambicana, ao fortalecer as redes privadas destinadas às classes privilegiadas.

Os incentivos às políticas educacionais pressupõem atenção dedicada às mulheres que, em sua maioria, encontram-se mais vulneráveis à evasão escolar, quase sempre justificadas pela gravidez

precoce e pelo casamento prematuro. Não somente, mas a questão da equidade no atendimento educacional em condições e oportunidades iguais a todas as pessoas; a qualidade proposta no currículo escolar moçambicano, principalmente, garantindo as condições de acesso e permanência condizentes para a conclusão da etapa escolar, com qualidade entre outras. Essas lacunas, decorrentes dos *déficits* ou da *falta* de políticas, só aumentam a situação de dependência e/ou “ajuda” humanitária, financeira, econômica na forma de apoio, financiamento e doações destinadas ao país.

O sistema capitalista, no molde neoliberal, indica a adesão de instituições financeiras e de mercado que inclui acionistas, interesses empresariais rentáveis em áreas importantes para o crescimento do país a propósito da restauração da política econômica, reestruturação da problemática social, política, educacional. Nesse sentido, lembramos da adesão do governo Moçambicano ao Programa de Reabilitação Econômica – PRE e, por conseguinte, na participação ativa do Banco Mundial e do FMI, como tantas

outras organizações internacionais interessadas em “apoiar” o país.

Contudo, o fenômeno das privatizações, o enfraquecimento do Estado na autonomia de suas decisões políticas e econômicas, bem como o efeito potencializador do mercado, não foram suficientes para a saída do país dos déficits negativos e apontados pelo PIB, mesmo com o crescimento nas áreas da agricultura e na indústria, como constatado no PIB de 2017.

As comunidades de aprendizagem caracterizadas por suas diferentes instâncias educativas não formais apontam para inúmeras contribuições em diversos campos que, reunidos, tendem a possibilitar maior qualidade no *direito a ter direito* à educação e a promover a conscientização da formação política e cidadã capaz de contribuir na redução da desigualdade e na erradicação da pobreza absoluta.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Manuel de Azevedo. **A dinâmica da população no desenvolvimento de Moçambique**. Centro de Pesquisa e Estudos Sociais. Universidade Lusófona. Lisboa, 2015.

BANCO MUNDIAL. **Actualidade Económica de Moçambique - Tirando proveito da transformação demográfica**, World Bank: Washington DC, 2017.

BRASIL. IBGE. **Estatísticas educacionais. Indicadores sociais**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 15/02/2019.

CASTIANO, José e NGUENHA, Severino. **A longa duma educação para todos em Moçambique**. Editora Publifix: Maputo, 2013.

ESTADOS UNIDOS. HUMAN DEVELOPMENT REPORT OFFICE. Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/composite/IHDI>. Acesso em: 03/04/2019.

INTANQUÊ, Santos Tobana; SUBUHANA, Carlos. **Educação Pós-Independência em Moçambique**. *Revista África e Africanidades*, Ano XI, Nº26, abr.2018. Disponível em [www.africaeaficanidades.com.br](http://www.africaeaficanidades.com.br). Acesso em 18/03/2019.

JOSÉ, Andre Cristiano. **Neoliberalismo e a crise do trabalho em Moçambique: o caso da indústria do caju**. O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC, Nº1, 2006. Disponível em <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>. Acesso em 25/02/2019.

UNICEF MOÇAMBIQUE. **Relatório Anual 2016. Reforçar a Resiliência**. Disponível em [http://www.unicef.org/mz/annualreport2016/pt/2016AnnualReport-UNICEF\\_AR\\_2016\\_PT.pdf](http://www.unicef.org/mz/annualreport2016/pt/2016AnnualReport-UNICEF_AR_2016_PT.pdf). Acesso em 17/03/2019.

*O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.*

**Recebido em 23/03/2019**

**Aprovado em 25/06/2019**

284